

Revelado esquema de Alves com empreiteiras

Antônio Machado

O deputado João Alves (sem partido-BA) movimentou 198 milhões de dólares em uma única conta na Caixa Econômica Federal. O anúncio foi feito, ontem, pelos deputados Moroni Torgan (PSDB-CE), Robson Tuma (PL-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) após analisarem documentos apreendidos no apartamento do deputado. O número impressionou os parlamentares. A Subcomissão de Bancos havia apurado uma movimentação bancária de 53 milhões de dólares de João Alves. Os membros da CPI constataram que João Alves tinha um esquema particular de relacionamento com as empreiteiras. Ele recebia um percentual fixo de um por cento por cada emenda aprovada.

Por determinação do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), a Polícia Federal foi ao apartamento de João Alves na segunda-feira e apreendeu seis quilos de documentos e um disquete. Segundo Vivaldo, João Alves guardava todos os dados relativos a uma obra, desde o número da emenda apresentada até o dia e o valor liberado pelo Poder Executivo. Uma parte dos documentos relaciona as obras com os lobistas que a defendiam. Luiz Arruda, diretor da Servaz, e Cláudio Mello, da Norberto Odebrecht, são citados na lista. Outra espécie de documento considerada importante pelos parlamentares relaciona obras com a palavra "taxa". A palavra aparece em um manuscrito com o nome Cláudio e diversos valores abaixo. O nome do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) é citado no documento. Nos volumes apreendidos, há uma lista de obras ao lado da coluna "Pagamentos". Vivaldo disse que era a pista da propina, pois todos os valores relacionados constituíam um por cento do valor global da obra. Os documentos serão encaminhados à Subcomissão de Emendas.

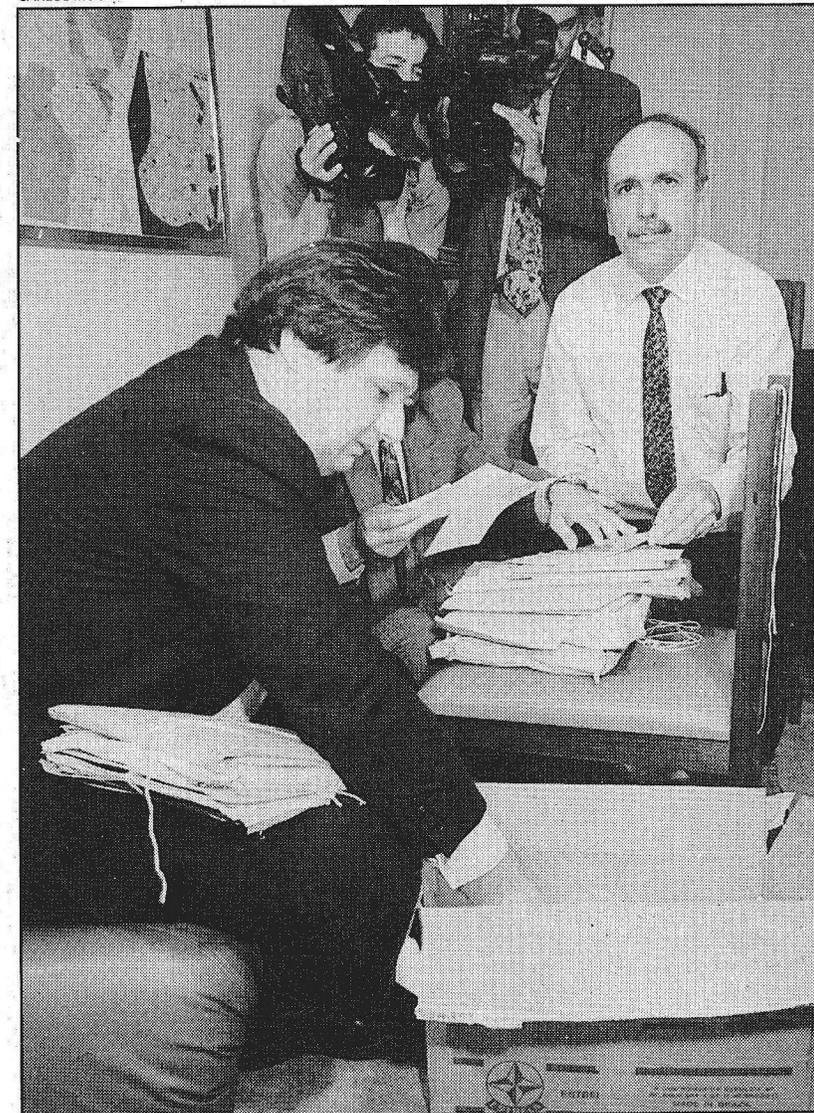


Jogada — Os parlamentares acreditam ainda que Alves tentou incriminar vários parlamentares, para atrapalhar as investigações da CPI. Em seu apartamento, foi encontrada uma lista de parlamentares relacionada com entidades e prefeituras beneficiadas com subvenções sociais. A lista é idêntica à de uma carta anônima recebida pelo senador Passarinho no último dia 9. Na carta, o ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, a pretexto de não querer omitir nenhum nome, relaciona parlamentares envolvidos com o esquema das subvenções. A assinatura de José Carlos é falsa. O deputado Robson Tuma concluiu que a autoria é de João Alves, que mencionou até o deputado Ulys-

ses Guimarães, que teria beneficiado 15 prefeituras.

Um cartão com o título **Subvenções Sociais**, foi considerado, entretanto, importante pelos parlamentares que analisaram os documentos. Uma lista de parlamentares aparece ao lado de valores que os membros da CPI não sabem dizer se são propinas por subvenções ou valores liberados. Aparecem os nomes dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Gastone Righi (PTB-SP), Victor Faccioni (PPR-RS), do próprio João Alves, dos senadores Mauro Benevides (PMDB-CE) e Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

CARLOS MOURA



Torgan, Tuma e Vivaldo com os documentos de Alves: mais listas